SESSÃO: 3358ª; Realizada em: 14/08/2019; Relator: LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA - Processo: 0370-000119/2012; Interessado: EMPRESA FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA - Decisão nº: 404/2019. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) autorizar a celebração de Escritura Pública de Compra e Venda entre a Companhia Imobiliária de Brasília - DF e a Empresa Federal Segurança e Transporte de Valores Ltda., visando à aquisição do imóvel denominado Lote 09, Conjunto 08, Quadra 08, Setor Complementar Indústria e Abastecimento - SCIA - Guará/DF, no âmbito do PRÓ-DF, com dedução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imóvel, conforme estabelecido no Atestado de Implantação Definitivo PRO/DF II nº 012/2019, no Parecer Técnico nº 308/2018 da Diretoria de Análise e Acompanhamento de Benefícios da então Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e previsão contida no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 297/2013, Lei Distrital nº 3.196/2003, Lei Distrital nº 3.266/2003, art. 9º, Caput, Parágrafo Único da Lei Distrital nº 6.035/2017, e nos precisos termos da Resolução nº 241 - CONAD, de 25/10/2016, bem como ao que dispõe o art. 1º, Parágrafo único da Resolução Normativa nº 01N - COPEP/DF, de 11/06/2019;

SESSÃO: 3358ª; Realizada em: 14/08/2019; Relator: LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA - Processo: 0370-000940/2010; Interessado: EMPRESA DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA - Decisão nº: 405/2019. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) autorizar a celebração de Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Urbano entre a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e a empresa Defender Conservação e Limpeza Ltda., visando à aquisição do imóvel, denominado Lote 05, Conjunto 01, QN 07, Quadra de Oficinas - Riacho Fundo/DF, no âmbito do PRÓ-DF II, com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imóvel, conforme estabelecido no Atestado de Implantação Definitivo PRÓ-DF II nº 45/2018, e em conformidade com o Parecer Técnico nº 317/2018 da Diretoria de Análise e Acompanhamento de Benefícios da então Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e previsão contida na Cláusula Oitava do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 19/2016, em cumprimento ao disposto na Lei nº 3.196/2003, Lei nº 3.266/2003, Lei nº 6.035/2017, no art. 1º, Parágrafo único da Resolução Normativa nº 01N - COPEP/DF, de 11/06/2019, o art. 9º, caput, Parágrafo único da Lei nº 6.035/2017, e na Resolução nº 241-CONAD, de 25/10/2016.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 14, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo da Portaria nº 6, de 11 de julho de 2019, publicada no DODF nº 132, página 29, de 16 de julho de 2019, que institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho - SETRAB, com o objetivo de apresentar estratégias de qualificação profissional, observando-se o Plano Distrital de Qualificação - PDQ, aprovado pela Resolução nº 201, de 26 de março de 2010, do Conselho do Trabalho do Distrito Federal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Em 19 de agosto de 2019

Referência: Processo SEI nº 00050-00042589/2019-55.

Interessados: Damião Firmino Gomes, Marlene do Rosário Alves da Silva e Maria Ricarte de Lima.

Assunto: Recurso administrativo.

Acolho o teor do Despacho SEI-GDF SSP/GAB/AJL (26711920), da Assessoria Jurídico-Legislativa desta Secretaria, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razão de decidir e como parte integrante desta decisão, para:

- I - CONHECER do recurso administrativo, por estarem presentes os pressupostos recursais;
- II - No mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão da Comissão Eleitoral do Conselho Comunitário de Segurança do Distrito Federal - CONSEG;
- III - À Assessoria Especial do Gabinete desta Pasta para ciência e notificação dos ora recorrentes acerca do inteiro teor da presente decisão;
- IV - À Subsecretaria de Administração Geral para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

COMISSÃO ELEITORAL

DESPACHO Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 74, 01 de julho de 2019, nº 77, de 04 de julho de 2019 e nº 86 05 de agosto de 2019, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, resolve: TORNAR PÚBLICA a decisão da Comissão Eleitoral que, em 16 de agosto de 2019, deliberou pela REABERTURA EXCEPCIONAL do prazo de inscrição de entidades votantes com CNPJ, por meio de endereço eletrônico, imprerivelmente, no dia 20 de agosto de 2019 (terça-feira), no horário compreendido entre as 00h00min e as 23h e 59min, em virtude da falha técnica ocorrida no sistema de recebimento das inscrições no prazo previsto, conforme exposto na Nota Técnica SEI-GDF nº 7/2019 - SSP/SMT/CINF/DISUP (26795197), constante no Processo SEI nº 00050-00044154/2019-45. A presente decisão busca primar pela máxima transparência e amplitude de participação no pleito eleitoral, atentando-se aos princípios constitucionais da legalidade e publicidade e, ainda, assegurando-se o pleno direito de participação das entidades para o exercício do voto nas eleições.

NÉLIA MAURÍCIO PIRES LOPES VIEIRA

SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 89, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

O SUBSECRETÁRIO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são atribuídas por meio da Art. 214, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 840, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 21.08.2019, o prazo de tramitação da Sindicância nº 017/2019-SESIPE, instituída pela Ordem de Serviço nº 71 de 19/07/2019, publicada no DODF nº 136, de 22/07/2019, página 29.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra na data de sua publicação.

ADVAL CARDOSO DE MATOS

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

DESPACHO DO CHEFE

Em 25 de julho de 2019

Referência: Processo Sei nº 00054-00041088/2019-49. Assunto: Possibilidade de aditivo de 25% dos materiais especificado no edital de Pregão eletrônico 42/2018-PMDF. Interessado: PMDF. 1. Aprovo o Parecer Técnico SEI-GDF nº 232/2019 - PMDF/DLF/ATJ, referente ao Processo Sei nº 00054-00041088/2019-49, no sentido de se aditivar em 25% (vinte e cinco) por cento, conforme proposto no Pedido de Aquisição Material (DOC. SEI N.º 23505963), dos materiais especificado no edital de Pregão eletrônico 42/2018-PMDF.2. Encaminhe-se o presente processo à SC/DALF para confecção do aditivo, não esquecendo dos requisitos de habilitação da empresa contratada, alertando que todos os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista devem estar em plena validade no momento da assinatura do aditivo e durante toda a execução do contrato, bem como verificar junto ao executor do contrato se os valores refletem o valor de mercado.3. A ATJ/DLF para publicar no DODF.

STÉFANO ENES LOBÃO

DESPACHO DO CHEFE

Em 31 de julho de 2019

Referência: Processo n. 00054-00063618/2019-18. Assunto: Aquisição de pistolas, CALIBRE 9 X 19 mm, Glock - Inexigibilidade de licitação. Interessado (s): Assessoria de Projetos/PMDF. 1. Aprovo o Parecer SEI nº 235/2019-ATJ/GAB/DLF, referente ao Processo SEI nº 00054-00063618/2019-18, tendo em vista a necessidade inafastável de análise jurídica pela Procuradoria-Geral do DF, por força do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, encaminhe-se a Excelentíssima senhora Comandante-Geral, solicitando a remessa dos presentes autos àquela Procuradoria-Geral. 2. Ao autor do termo de referência para as devidas correções apontadas no Parecer SEI nº 235/2019-ATJ/GAB/DLF.3. A ATJ/DLF para publicar no DODF.

STÉFANO ENES LOBÃO

DESPACHO DO CHEFE

Em 05 de agosto de 2019

Referência nº 00054-00067000/2019-19.1. Aprovo o Parecer Técnico nº 237/2019 - PMDF/DLF/ATJ, pela viabilidade jurídica da formalização de termo aditivo ao Contrato n. 26/2015-PMDF, celebrado entre a PMDF e a empresa Helicópteros do Brasil S/A - Helibrás, nos autos do Processo. 054.001.128/2015, cujo objeto é o fornecimento de peças, acessórios, componentes e ferramental aeronáutico, conforme a Justificativa do Executor do Contrato (Doc. Sei n. 26030590), renovando-se a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a partir de 28/10/2019.2. Encaminhe-se à Seção de Contratos/DALF para ciência e demais providências subsequentes.3. A ATJ/GAB/DLF para publicar no DODF.

STÉFANO ENES LOBÃO

DESPACHO DO CHEFE

Em 09 de agosto de 2019

Referência: 00040-00006983/2019-67. Assunto: registro de preços visando contratação de empresa para fornecimento com entrega de alimentação preparada, refeição principal (marmitta) e lanche, para atender as necessidades da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Interessado (s): PMDF. 1. Aprovo o Parecer Técnico SEI-GDF nº 242/2019 - PMDF/DLF/ATJ (Doc. SEI/GDF 26421828), referente à contratação de empresa para fornecimento com entrega de alimentação preparada, refeição principal (marmitta) e lanche, no sentido de que a Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 32/2019 - PMDF (Doc. SEI/GDF 26364364), está, sob os aspectos estrutural e formal, em conformidade com a minuta de edital para aquisição de material e serviços aprovada pelo Parecer n. 662/2012-PROCAD/PGDF e atualizada pelo Parecer n. 343/2016-PRCON, desde que sejam observados os apontamentos deste opinativo.2. Encaminhe-se o presente processo à SPL/DALF para posterior prosseguimento do feito.3. A ATJ /DLF para publicar no DODF.

STÉFANO ENES LOBÃO

DESPACHO DO CHEFE

Em 12 de agosto de 2019

Referência SEI nº 00054-00014565/2019-01.1. Concordo com o Relatório do Encarregado de Processo Administrativo (relativo à Portaria DLF n. 06/2019) e com Parecer Técnico n. 238, do Chefe da ATJ/DLF, e os adoto como fundamentos da decisão; 2. Ante o exposto, tendo em vista o descumprimento das cláusulas dos diplomas normativos citados no parecer técnico descrito acima, aplico à empresa IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA -ME, CNPJ nº 08.952.0922/0001-11, a penalidade de Advertência, com fulcro nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 26.851/2006.3. Encaminhe-se o presente processo à ATJ/DLF para notificar a empresa da referida punição. Publique-se.

STÉFANO ENES LOBÃO

DESPACHO DO CHEFE

Em 13 de agosto de 2019

Ref. Processo SEI 00054-00027148/2019-11. - De acordo com o Parecer Técnico nº 244 (doc SEI nº 26528612) da lavra do Chefe da ATJ/DLF.- INDEFIRO o pedido formulado pela empresa Asas Manutenção e Recuperação de Aeronaves Ltda, com fundamento no art. 8º IV, do Decreto nº 5450/2015, tendo em vista a sua improcedência in totum, pois em ata própria do sistema "comprasnet", consta a informação de que após ter sido convocado pelo pregoeiro a apresentar a documentação relativa à aptidão para execução do objeto, a recorrida teria assim o feito, de maneira tempestiva. - Ao Chefe da SPL e ao pregoeiro, para ciência do indeferimento à empresa recorrente, bem como, para prosseguimento dos demais atos subsequentes relativos ao certame.

STÉFANO ENES LOBÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO ORDINARIA Nº 19, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 16 de dezembro de 2013, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Referendar e tornar públicos os resultados provisórios de habilitação dos projetos processados e julgados pela Comissão de Seleção, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 05/2018, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, nº 165, de 29 de agosto de 2018.

Parágrafo Único - O prazo para interpor recurso ao resultado provisório é de 5 (cinco) dias úteis após a publicação desta Resolução, conforme item 10.4 do Edital de Chamada Pública nº 05/2018.

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	PROJETO	SITUAÇÃO
00417-00039137/2018-81	Centro Comunitário São Lucas	Construindo Cidadania	HABILITADO
00417-00039209/2018-91	Instituto Aprender	Um Aliado ao Saber e à Cultura	DESISTENTE

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente - CDCA/DF

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 08 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a cooperação mútua entre a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SMDF e a Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF visando a cooperação mútua ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica que aleguem terem sido vítimas de violência ou de ameaça de violência de ordem física, moral, psicológica patrimonial no Distrito Federal.

A SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, incisos I, III e V da Lei Orgânica do Distrito Federal e a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, em sua nova redação dada pela Lei Complementar nº 908/2016, no art. 114 da Lei Orgânica do Distrito Federal, artigo 134, § 2º da Constituição Federal, artigo 97-A, inciso III c/c artigo 100 da Lei Complementar 80/94 ESTABELECEM:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre termos e condições gerais de colaboração firmados entre a Secretária De Estado Da Mulher Do Distrito Federal (SM/DF) E a Defensora Pública Geral Do Distrito Federal (DP/DF), visando a assistência jurídica da DPDF em espaços cedidos pela SMDF, para atendimento das mulheres vítimas de violência.

Art. 2º Fica assegurada as partes a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste Termo e demais instrumentos celebrados com fundamento nele.

Art. 3º A SMDF providenciará o espaço para o atendimento das mulheres e demais ações que se fizerem necessárias para dar fiel cumprimento ao objeto desta Portaria Conjunta

Art. 4º São atribuições comuns às partes

1. Prestar apoio técnico à implementação deste acordo;
2. Evitar esforços para a execução da portaria dentro dos melhores padrões de qualidade
3. Zelar pelo bom nome das partes, no âmbito das atividades decorrentes do acordo;
4. Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas;
5. Divulgar a iniciativa nos locais de abrangência da portaria e para a população em geral;
6. Definir, a cada semestre, um cronograma de execução da cooperação, visando a expansão do atendimento da DPDF em espaços cedidos pela SMDF para atendimento das mulheres vítimas de violência, de acordo com os espaços e recursos humanos e materiais disponíveis;
7. Monitorar, avaliar e divulgar os resultados da implantação da portaria.

Art. 5º Compete à SMDF:

1. Acompanhar e dar suporte técnico no limite de suas possibilidades, para o alcance dos objetivos previstos no presente acordo;
2. Disponibilizar material e demais insumos para a realização das ações deste acordo;
3. Disponibilizar o espaço para o atendimento das mulheres pela DPDF;
4. Arcar com as despesas relacionadas à utilização dos espaços disponibilizados pela SMDF;
5. Prestar informações a DPDF, no âmbito deste acordo, para fins de realização de avaliações, estudos, pesquisas.

Art. 6º Compete à DPDF:

1. Prover recursos humanos para as atividades de recepção, acolhimento, orientação e atendimento jurídico das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica que aleguem terem sido vítimas de violência ou de ameaça de violência de ordem física, moral, psicológica ou patrimonial.
2. Prestar assistência jurídica de forma interdisciplinar e articulada com os serviços públicos distritais de educação, saúde, assistência social e segurança pública, observando as competências administrativas e as obrigações funcionais fixadas pela legislação e pelas resoluções do Conselho Superior da DPDF;
3. Auxiliar na capacitação jurídica das servidoras e dos servidores da SMDF, para a melhor performance das instituições partes;

Art. 7º Os produtos e resultados gerados em decorrência desta portaria serão de conhecimento comum as instituições partes, podendo ser utilizados por qualquer das partes, desde que sejam respeitados os devidos créditos.

Art. 8º Os nomes e logomarcas das partes são marcas registradas e não podem ser utilizadas em quaisquer materiais ou meios de divulgação sem a prévia e expressa autorização escrita.

§ 1º Os nomes e logomarcas partes deverão figurar em conjunto no material de divulgação das ações deste acordo.

Art. 9º As despesas decorrentes do uso do espaço disponibilizado pela SMDF à DPDF, tais como a necessidade de adequação nas estruturas físicas, estrutura de rede, aquisições de equipamentos, aluguel, água, energia elétrica, telefonia, conservação e limpeza, vigilância, entre outras, serão de responsabilidade da SMDF.

Art. 10. As partes deverão manter o mais completo zelo e sigilo sobre as informações confidenciais bem como não deverão revelar nem divulgar a qualquer pessoa, física ou jurídica, ou utilizar, direta ou indiretamente, em proveito próprio ou de outrem, informações confidenciais que tenham recebido ou tenham tomado conhecimento em razão da execução do presente acordo.

§ 1º As partes não deverão utilizar as informações confidenciais para propósitos diversos da execução da presente Portaria Conjunta;

§ 2º Serão consideradas informações confidenciais, todas aquelas disponibilizadas ou fornecidas por meio de documentos, laudos, relatórios, memorando, anotações, pesquisas, incluindo, porém, não se limitando a dados, planos, especificações, informações técnicas, "know-how", estudos técnicos ou dados e relatórios de auditorias.

Art. 11. As partes observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis sem os desprezar durante as atividades executadas nos termos da presente Portaria Conjunta.

Art. 12. O plano de curso deverá ser estabelecido no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 13. As atividades terão vigência por 5 (cinco) anos, podendo, de comum acordo entre as partes, ser modificadas ou ter sua vigência prorrogada, mediante prévia celebração de Termo Aditivo

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERICKA SIQUEIRA NOGUEIRA FILIPPELLI
Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal

MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS
Defensora Pública-Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PORTARIA Nº 312, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no art. 236 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 217, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do PROCESSO: 150.003.087/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 231, de 19 de junho de 2019, publicada no DODF nº 117, de 25 de junho de 2019, página 11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 313, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no art. 236 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 217, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do PROCESSO: 150.003.088/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 232, de 19 de junho de 2019, publicada no DODF nº 117, de 25 de junho de 2019, página 11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 317, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio do Decreto nº 39.805 de 06 de maio de 2019, de acordo com os autos do Processo SEI nº 00150-00007535/2018-16, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 20/08/2019, a fim de dar continuidade à análise e conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial - CPTCE-1, constituída pela Portaria nº 184, de 22 de junho de 2017, publicada no DODF nº 119, de 23 de junho de 2017, pág. 42.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Instituir o 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019 em parceria entre a CGDF, SEE/DF, SETRAB/DF, SSP/DF, SM/DF, SEJUS/DF e a SEFP/DF.

O SECRETÁRIO DE ESTADO CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das respectivas atribuições legais e regimentais, e considerando o que dispõe os incisos I e V do Parágrafo Único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no Decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019, resolvem:

Art. 1º Instituir o 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019, no qual serão desenvolvidas atividades de transparência, educação legislativa, educação fiscal, prevenção primária à corrupção e temáticas de fomento ao controle social e formação cidadã.

Art. 2º Participarão do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019, na forma prevista em edital, as seguintes unidades de ensino:

I - Escolas de Gestão Compartilhada da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (ensino fundamental do 4º ao 9º ano e Ensino Médio):

- a) Centro Educacional 01 Estrutural;
- b) Centro Educacional 308 Recanto das Emas;
- c) Centro Educacional 07 Ceilândia; e
- d) Centro Educacional 03 Sobradinho.

II - Escolas do Serviço Social da Indústria - SESI:

- a) Centro de Ensino SESI GAMA;
- b) Centro de Ensino SESI Taguatinga; e
- c) Centro de Ensino SESI/SENAI Sobradinho.

III - Centro de Capacitação e Qualificação Profissional - Programa Fábrica Social.

Art. 3º Compete à Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF:

I - Publicar o edital regulamentando o 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019;

II - Coordenar e executar as ações previstas no edital do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019 para alcançar com eficiência as atividades;

III - realizar o pagamento da premiação das escolas, dos professores orientadores e educandos, conforme os critérios e valores previstos no edital do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019, por meio de recursos provenientes de emenda parlamentar.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Educação - SEE realizar a divulgação, mobilização e apoio a execução das ações para a participação das Escolas de Gestão Compartilhada da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em conformidade com os critérios estabelecidos no edital do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019.

Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão - SEFP, por intermédio do Grupo de Educação Fiscal - GEF, com recursos do programa PRODEFAP/PROFISCO-DF, participar na definição dos conteúdos de educação fiscal e realizar atividades de cultura e cidadania, para as equipes vencedoras, incluindo transporte, alimentação e logística, conforme os critérios previstos no edital do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019.

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB participar, por meio da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, na divulgação, mobilização, logística e apoio a execução das ações previstas para a participação do Centro de Capacitação e Qualificação Profissional - Programa Fábrica Social, nas atividades dispostas no edital do 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019.

Art. 7º Compete à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, por meio da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, realizar a divulgação, mobilização, transporte dos respectivos educandos, logística e apoio a execução das ações previstas para a participação das Escolas de Gestão Compartilhada da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no 1º Prêmio De Olho na Educação - Jovem - Edição 2019.